

Prefácio

Este livro é uma versão revista e atualizada de uma obra coordenada pelos autores e publicada em 2012, em inglês, com o título *The Europeanization of Portuguese Democracy*.¹ As alterações posteriores, quer da União Europeia, quer do seu impacto em Portugal, foram tão significativas que exigiram para esta versão portuguesa a atualização e revisão da grande maioria dos capítulos e a adição de um novo capítulo sobre a crise europeia e o seu impacto em Portugal. A versão portuguesa, revista e atualizada, visa analisar as mudanças visíveis nas instituições e atitudes das elites e da sociedade portuguesa, bem como o crescimento do euroceticismo em Portugal após a crise.

O capítulo 1, da autoria de Nuno Severiano Teixeira, intitulado «Portugal e a integração europeia, 1974-2015», aborda o processo de integração europeia de Portugal em perspetiva histórica. O texto foca o período do regime democrático (de 1974 até à atualidade), periodizando as várias fases da posição portuguesa face ao projeto de construção europeia, ao mesmo tempo que avalia os custos/benefícios da europeização de Portugal. Por fim, analisa o programa de ajustamento e a austeridade nas suas dimensões interna e internacional e o peso da crise sobre a deseuropeização.

No capítulo 2, «Governar em Lisboa ou em Bruxelas? Modelos e tendências da europeização do governo português», Carlos Jalali avalia a extensão e o processo da europeização do poder executivo em Portugal, com especial ênfase no período subsequente à adesão do país em 1986. A experiência portuguesa tende a confirmar a noção de que os processos de integração europeia dão origem a uma adaptação – mais do que a transformações de fundo –, por parte das instituições nacionais, às exigências europeias. Paralelamente, o processo de adaptação português parece contradizer a predição teórica de que os Estados centralizados e unitários deverão passar por um processo de adaptação mais difícil.

¹ Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, eds., *The Europeanization of Portuguese Democracy* (Nova Iorque: SSM-Columbia University Press, 2013).

No capítulo 3, «A implementação do Tratado de Lisboa: o parlamento português enquanto ator na esfera legislativa europeia», Madalena Meyer Resende e Maria Teresa Paulo debruçam-se sobre a resposta do parlamento português às cláusulas do Tratado de Lisboa para o envolvimento dos parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, fornecendo uma avaliação quantitativa e qualitativa do trabalho do parlamento no escrutínio da legislação europeia desde 2006.

O capítulo 4, «A europeização dos tribunais portugueses», de Nuno Piçarra e Francisco Pereira Coutinho, trata da assimilação, por parte dos tribunais portugueses, da ordem jurídica da União Europeia desde a adesão de Portugal em 1986 e faz uma revisão das «obrigações europeias» a cargo dos tribunais dos Estados membros, conforme definido pelo Tribunal de Justiça no quadro do reenvio prejudicial, e a forma como os tribunais portugueses têm implementado estas obrigações nas duas últimas décadas.

O capítulo 5, «A europeização dos grupos de interesses portugueses? Sindicatos e organizações patronais», de Sebastián Royo, observa o impacto do processo de integração europeia nas relações industriais de Portugal. A integração europeia tem conduzido à transformação da economia portuguesa e influenciado as estratégias e ação dos agentes sociais, nomeadamente a transformação dos sindicatos e organizações patronais, e delineado os aspetos principais do quadro de relações industriais do país.

No capítulo 6, «Integração europeia e alinhamentos partidários: o caso português como exemplo para as novas democracias do Leste europeu», André Freire e José Santana Pereira analisam o impacto do comportamento eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu nas bases do partidarismo em Portugal (como exemplo de uma nova democracia). Concluem que, devido ao seu carácter de segunda ordem, as eleições europeias são geralmente contestadas pelos mesmos atores, enfatizando maioritariamente as mesmas questões nacionais e relegando para segundo plano as europeias.

No capítulo 7, «As elites políticas portuguesas e a União Europeia», João Pedro Ruivo, Diogo Moreira, António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida analisam a atitude das elites políticas nacionais relativamente ao sistema político europeu, a sua avaliação das instituições políticas da UE e quais os tipos de políticas que, na sua opinião, deviam ser delegados pelos Estados membros para o nível de governo supranacional europeu.

O capítulo 8, «O apoio português à integração europeia: dimensões e tendências», de Pedro Magalhães, faz notar que os indicadores de apoio instrumental à integração europeia têm exibido uma tendência descendente desde 1992. Adicionalmente, defende que há um aumento apa-

rente numa outra forma de apoio à integração: a aceitação da partilha do poder entre os Estados membros e as instituições da UE na definição de políticas públicas. Tal sugere que a natureza do manancial de apoio à integração em Portugal está a mudar, de baseado na perceção dos benefícios obtidos pelo Estado nacional a baseado no reconhecimento da UE enquanto comunidade política e sistema político.

No capítulo 9, «Portugal, a União Europeia e a crise», Teresa de Sousa e Carlos Gaspar analisam o impacto da dupla crise nacional e europeia e mostram como mudaram os termos de referência do debate estratégico em Portugal. Pela primeira vez desde o Tratado de Maastricht voltou a haver um debate interno sobre a política externa e europeia e a confiança das elites portuguesas no futuro da Europa (e no seu próprio futuro europeu) foi posta em causa. A integração europeia era vista, até então, como um processo irreversível, a moeda única era suposto ser imune às crises e a União Europeia era representada como um dos polos fundamentais do sistema internacional. Tudo isso mudou com a crise na Europa e em Portugal.

O capítulo 10, «Europeização e democratização em Portugal: *brothers-in-arms* ou *frères ennemis*?», da autoria de Maarten Vink, funciona como conclusão e regressa ao tema central do livro. Discute as implicações da integração europeia para a democracia portuguesa e, recorrendo aos capítulos anteriores, debate até que ponto a integração e, agora, a crise têm fortalecido ou comprometido a democracia em Portugal.

A Europeização da Democracia Portuguesa representa mais uma etapa de uma já longa colaboração entre os seus coordenadores, que desenvolveram vários projetos de investigação sobre o tema da relação entre Portugal, a Europa do Sul e a construção da União Europeia. Estes projetos deram à estampa várias obras, das quais gostaríamos de salientar *Europa do Sul e a Construção de Uma União Europeia*, publicada em versão inglesa e portuguesa.² E ainda uma obra reunindo os testemunhos com os mais importantes dos atores políticos e diplomáticos protagonistas do processo de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia: *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a Perspectiva dos Actores*.³

² Versão em inglês: António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, eds., *Southern Europe and the Making of the European Union* (Nova Iorque: SSM-Columbia University Press, 2002); versão em português: António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, orgs., *Europa do Sul e a Construção da União Europeia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005).

Ao longo dos anos em que desenvolvemos este projeto ficámos a dever o apoio a várias pessoas e instituições, a quem queremos, hoje, deixar o nosso agradecimento sincero.

Em primeiro lugar, às nossas instituições académicas de origem, IPRI/FCSH da Universidade NOVA de Lisboa e ICS da Universidade de Lisboa, pelas condições de trabalho que nos proporcionaram ao longo da elaboração deste trabalho. À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), pelo apoio à publicação deste volume no âmbito do projeto «Política externa e regimes políticos: Portugal 1890-2010» (PTDC/HIS-HIS/119671/2010). Ao IPRI/NOVA é devido, ainda, um agradecimento pelo apoio financeiro à tradução e ao ICS por ter querido acolher a publicação deste livro na Imprensa de Ciências Sociais.

Estendemos o nosso agradecimento a Sara Fevereiro e Céline Silva pela tradução do inglês para o português de vários dos capítulos publicados neste volume.

Um agradecimento muito especial é devido a Isabel Alcario, pelo seu profissionalismo e dedicação, assim como pelo cuidado que sempre emprestou à organização deste projeto.

³ Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, orgs., *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a Perspectiva dos Actores* (Lisboa: Temas e Debates, 2007).